
***EDUCAÇÃO FISCAL – MODELOS DE ATIVIDADES
POSSÍVEIS (5º AO 9º ANO) – continuação setembro***

***ORGANIZADOR: VICENTE BRUNO CAVALCANTI DE
OLIVEIRA (ANALISTA TRIBUTÁRIO RFB)***

EXPLICAÇÃO INICIAL (relembrando a estrutura das aulas)

1º MOMENTO: (formulação e análise do problema)

- ✓ Identificar os fatos
- ✓ Gerar hipóteses
- ✓ Identificar deficiências

Nesse momento, o professor apresenta um tema e propõe a situação-problema a ser estudada, mediante vídeo, texto, narrativa, etc. Pode-se fazer um “brainstorming” (chuva de ideias) para levantamento do conhecimento prévio do estudante sobre a questão. Você já ouviu falar disto? Por que isto acontece? Como poderia ser resolvido?

2º MOMENTO: (estudo para a resolução do problema)

- ✓ Buscar novas informações
- ✓ Definição de estratégias

Os alunos pesquisariam o assunto (individualmente – estudo autogerido) e trariam os conteúdos e situações levantados para debater no grupo e consolidar as contribuições (no momento seguinte). Aprende-se o que se precisa saber.

3º MOMENTO: (apresentar a solução)

- ✓ Aplicação dos novos conhecimentos
- ✓ Discussão e avaliação
- ✓ Conclusão

Atividade de consolidação dos novos conhecimentos (exercícios de fixação). Produção de texto, encenação, algum exercício sobre o conteúdo, dinâmica em grupos, etc. Aplica-se o conteúdo com a resolução do problema.

TEMA 6 – O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: VAMOS ENTENDER O QUE É?

SITUAÇÃO-PROBLEMA: Você entende o que é o Estado Democrático e como ele funciona?

ATIVIDADE 1 – Apresentação da situação-problema e “chuva” de ideias

(Nesse momento, em poucas palavras, se apresenta o tema do encontro e a situação-problema. Em seguida, é feito o levantamento do conhecimento prévio dos estudantes sobre a questão)

Nós ouvimos o tempo todo: “estado pra cá”, “estado pra lá”, mas vocês sabem o que isso significa? O que será que é preciso para haver estado? Como o estado funciona? Quais são seus poderes? Governo e estado são a mesma coisa? E o que é a democracia?

(Elencar as situações levantadas pelos estudantes)

ATIVIDADE 2: os estudantes assistirão aos vídeos propostos (duração aproximada de 8 minutos)

Vídeo 1: [O que é Estado? - YouTube](#)

Vídeo 2: [O que é democracia? - YouTube](#)

ATIVIDADE 3 - Breve Texto (Vicente Oliveira – Analista Tributário da RFB)

(Procura-se explorar as possibilidades do texto e, através de perguntas, consolidar a compreensão do conteúdo e favorecer a partilha de experiências)

Vivemos num Estado Democrático. Ouvimos isto o tempo todo. Mas o que isto significa? E como nós participamos desta realidade?

O Estado surge justamente da necessidade de organizar a vida em comum.

Sua formação se dá a partir de um **povo politicamente constituído**, isto é, do conjunto de cidadãos que possuem os mesmos direitos perante a lei e que estabelecem como se dará o exercício do poder político.

Essas pessoas vivem em um determinado **território** comum, que compreende, além do espaço terrestre, também o espaço aéreo e aquático.

Dentro desse território haverá o exercício de um **poder soberano**, ou seja, um conjunto de normas e leis que regularão o convívio social das pessoas (sendo a mais importante a Constituição), estabelecendo direitos e obrigações. Essas normas devem ser acatadas por todos.

Esse poder soberano se manifesta através de um **governo** (transitório) que se responsabiliza pela administração da coisa pública. Veja, enquanto o Estado é permanente, o Governo é provisório.

Participar de uma democracia significa que **a sociedade periodicamente escolhe os seus representantes**, a partir de suas preferências e interesses, para o exercício do poder político.

Na democracia há diversidade de pensamentos e ideias de como organizar a sociedade. Mas, não é só isso. Significa também que todo cidadão e cidadã podem, a partir do cumprimento de determinados quesitos, não somente “escolher” seus representantes, mas também “ser escolhidos” para esta importante função. É por isto que se diz que o poder emana do povo e é exercido em seu nome.

Por fim, para que não haja concentração indevida no exercício do poder soberano do Estado, a Constituição o organizou em três instâncias, harmônicas e independentes: o executivo, o legislativo e o judiciário, como já vimos em encontro anterior.

PESQUISA INDIVIDUAL (trabalho extraclasse): Os estudantes serão orientados a procurar na internet como os poderes se organizam na União, nos Estados e no Municípios, conforme quadro abaixo.

	UNIÃO	ESTADO/DF*	MUNICÍPIOS
EXECUTIVO			
LEGISLATIVO			
JUDICIÁRIO			(não tem)

OBS: (*) DF = Distrito Federal

Perguntas:

- a) Quais são os critérios para que uma pessoa possa participar do poder legislativo, como vereador ou vereadora?

- b) Quais os critérios para que uma pessoa possa participar do poder executivo, como prefeito?

- c) Quais os critérios para que uma pessoa possa participar do poder judiciário estadual?

ATIVIDADE 4 - Trabalho em grupo (na aula seguinte):

Divididos em grupos, os estudantes partilham o resultado da pesquisa: comparam as respostas e complementam o que precisar.

O professor pode perguntar se algum menino ou menina já pensou em servir a sociedade em alguma das funções pesquisadas e por qual motivo.

CONCLUSÃO: Ver se todos conseguiram entender e responder ao problema levantado. Exercícios de fixação.

EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO DOS CONTEÚDOS – TEMA 6.

Leia o texto e faça o que se pede.

“Vivemos em sociedade e por isso nossos interesses podem ser individuais ou coletivos.

A rua e o lar fazem parte de nossa vida e é preciso que a gente se organize bem para combinar com harmonia estes dois universos.

Há questões de ordem privada e questões de ordem pública. Ou seja, temos problemas que são pessoais e outros que devem ser resolvidos coletivamente.

O Estado foi criado para encontrar soluções para os problemas que vão além da vida pessoal, ou seja, para dar conta de cuidar da saúde, da educação e da segurança de todos (...)” (Texto extraído do site Leãozinho)

Refletindo sobre o texto.

- 1) Cite 3 problemas sociais que existem na sua cidade, para os quais a ação do Estado é necessária no enfrentamento do problema.

- 2) Entre os serviços que o Estado oferece aos cidadãos existem aqueles prestados pela Defensoria Pública. Você sabe o que é?

- 3) O conjunto Titãs gravou há alguns anos uma música chamada “Comida”. Abaixo reproduzimos um trecho dela. Veja se você consegue relacionar o que a música diz com algum serviço prestado pelo Estado.

“Bebida é água.
 Comida é pasto.
 Você tem sede de quê?
 Você tem fome de quê?
 A gente não quer só comida,
 A gente quer comida, diversão e arte.
 A gente não quer só comida,
 A gente quer saída para qualquer parte.
 A gente não quer só comida,
 A gente quer bebida, diversão, balé.
 A gente não quer só comida,
 A gente quer a vida como a vida quer”.

(Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito)

- 4) Encontre 9 palavras relacionadas a divisão de poderes. Risque as palavras que for encontrando: executivo; legislativo; judiciário; senador; vereador; deputado; prefeito; governador; presidente e juiz.

A	L	E	G	I	S	L	A	T	I	V	O	J	J	E	G
S	U	L	I	E	G	T	H	F	G	Q	W	W	T	Y	U
R	E	S	P	X	I	T	O	O	J	X	N	X	N	I	X
S	A	D	C	E	G	O	V	E	R	N	A	D	O	R	D
V	A	V	B	C	U	O	R	A	L	A	H	O	R	A	S
E	E	S	P	U	N	S	P	R	J	F	E	I	T	O	E
R	I	C	A	T	A	B	B	A	U	A	D	N	C	I	A
E	J	U	D	I	C	I	A	R	I	O	C	A	X	N	S
A	X	S	B	V	I	A	X	D	Z	I	H	C	J	J	E
D	E	P	U	A	D	O	A	N	D	E	V	E	R	E	N
O	A	I	A	I	A	C	I	D	A	D	A	N	I	A	A
R	V	A	N	D	C	B	H	I	D	B	A	T	R	R	D
F	X	I	X	A	I	B	H	C	E	B	C	I	A	D	O
G	D	O	I	D	B	A	D	I	G	N	I	D	A	D	R
P	R	E	S	I	D	E	N	T	E	L	I	D	A	D	E

5) Leia e faça o que se pede.

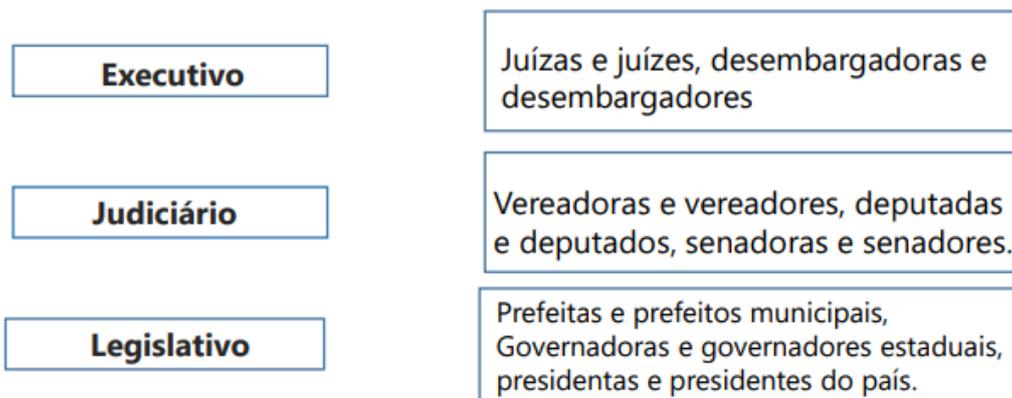


Uma das aspirações mais antigas da humanidade é o convívio social harmônico. Para que um povo possa conviver em harmonia, é necessário que ele se organize. Em nosso país, que é imenso, o governo está organizado em três níveis.

Vamos ligar os pontos e recordar quem está em cada nível?



Conforme a nossa Constituição Federal, o Brasil é um país democrático de direito e, além das três níveis de organização do Estado, também tem três poderes, cada um com sua função. Vamos ligar os pontos, reconhecendo quem atua em cada poder?



TEMA 7 – DIREITO À INFORMAÇÃO DE FÁCIL COMPREENSÃO

SITUAÇÃO-PROBLEMA: Sem informação simples não se sabe o direito nem se cumpre com o dever.

ATIVIDADE 1 – Apresentação da situação-problema e “chuva” de ideias

Você acha que a comunicação dos órgãos públicos é fácil de se compreender? Você consegue ler com facilidade as informações da administração pública? Já escutou pessoas reclamando porque não conseguem entender o que precisavam fazer para resolver o problema, ao lerem orientações no site de algum órgão público?

ATIVIDADE 2: Os estudantes verão vídeos produzido pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho), mostrando a necessidade de usar linguagem simples no próprio judiciário. Este esforço é justamente para tornar a informação compreensível. O vídeo também ajuda a vermos que os órgãos públicos estão preocupados com a melhoria desta realidade. Os vídeos têm duração total aproximada de 12 minutos.

Vídeo 1: [Exercitando a Linguagem Simples Ep. 1 - YouTube](#)

Vídeo 2: [Exercitando a Linguagem Simples Ep. 2 - YouTube](#)

Vídeo 3: [Exercitando a Linguagem Simples Ep. 3 - YouTube](#)

Cite 3 dicas que foram dadas para simplificar a linguagem:

Atividade 3 - Breve Texto (Vicente Oliveira – Analista Tributário da RFB)

Você já pensou que sem informação ninguém consegue saber quais são os direitos que têm nem podem cumprir corretamente com as próprias obrigações?

Isso nos mostra como é importante a administração pública usar textos compreensíveis em sua comunicação. Afinal, pior do que não entender é entender errado!

Se você precisa ler um texto várias vezes, procurando palavras em dicionários ou perguntando o que significa “isto ou aquilo”, é sinal de que o texto não está claro e direto.

Pensando nisso, algumas leis garantem ao cidadão brasileiro o direito à informação de fácil compreensão, ou seja, que após a leitura a pessoa saiba o que deva fazer.

A Lei de Acesso à Informação (Lei federal nº 12.527/2011) afirma em seu artigo 5º: “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e **em linguagem de fácil compreensão**”.

Já a Lei Federal nº 14.129/2021 diz: “Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública: (...) VII – **o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão**”.

Vemos, desta forma, que a linguagem de fácil compreensão é um direito de cidadania.

PESQUISA INDIVIDUAL (extraclasse): Os estudantes serão orientados a fazer um teste prático. Deverão apresentar o texto abaixo a uma pessoa adulta e pedir para sublinhar o que foi fácil de entender e para fazer um círculo no que foi difícil ou tenha ficado vago, dificultando a compreensão.

Vacinação no Rio - Divulgação / Prefeitura do Rio

A vacinação contra a Covid-19 para crianças entre 5 e 11 anos retornará na próxima segunda-feira (21/02), e o restante do público-alvo pode seguir normalmente com o calendário:

Segunda dose: as unidades seguem aplicando a segunda dose, considerando o intervalo a partir da data da primeira aplicação.

Dose de reforço: a aplicação da dose de reforço segue para pessoas com 18 anos ou mais que tomaram a segunda dose há pelo menos 4 meses.

É possível antecipar a dose de reforço até o intervalo mínimo de três meses em casos de viagem, problemas de saúde e outras questões pessoais.

Pessoas com imunossupressão grave com 12 anos ou mais devem tomar uma 3ª dose (dose adicional) da vacina contra a covid-19, pelo menos 28 dias após a segunda dose. É necessário apresentar comprovação.

Pessoas com 18 anos ou mais que tenham imunossupressão e receberam três doses no esquema primário (duas doses e uma adicional) devem tomar uma nova dose com intervalo de quatro meses da dose adicional.

Devem procurar os postos para testagem pessoas com sintomas como febre, calafrio, tosse, coriza, dor de garganta, dor de cabeça e alterações no olfato e/ou paladar.

Encontre a unidade mais próxima: prefeitura.rio/ondeseratendido

Para mais informações, acesse: coronavirus.rio/vacina

Você conseguiria fazer alguma sugestão para ajudar a melhorar a compreensão dos textos governamentais?

ATIVIDADE 4 - Trabalho em grupo (na aula seguinte):

Divididos em grupos, os estudantes partilhariam o resultado da pesquisa e compartilham eventuais sugestões que tenham feito para melhorar a compreensão do texto. O professor ou a professora pode elencar, ao menos, duas das sugestões dadas pelos grupos.

CONCLUSÃO: Ver se todos conseguiram entender e responder ao problema levantado. Exercícios de fixação.

EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO DOS CONTEÚDOS – TEMA 7.

- 1) Você consegue encontrar 5 dicas para uma escrita simples? Risque as palavras que você encontrar:

ordem direta / palavras usuais / parágrafo curto / evitar siglas / eliminar excesso

E	Q	O	R	D	E	M	D	I	R	E	T	A	M	N	E
L	S	Q	W	P	T	H	J	I	O	U	I	D	X	S	V
I	O	X	U	A	R	A	I	A	K	L	P	U	A	O	I
M	E	O	E	L	X	N	X	P	Z	V	O	A	V	Y	T
I	P	A	R	A	G	R	A	F	O	C	U	R	T	O	A
N	E	D	A	V	O	B	E	P	Y	Z	T	J	P	J	R
A	S	T	R	R	D	A	N	Y	A	P	O	N	T	E	S
R	C	F	U	A	F	D	I	A	Y	A	D	Y	J	V	I
E	O	I	A	S	P	N	U	E	N	F	E	X	S	O	G
X	L	J	M	U	Y	U	X	J	U	X	S	J	F	Q	L
C	A	O	V	S	H	O	S	P	I	T	A	L	P	I	A
E	E	A	E	U	F	S	A	F	F	J	Ú	A	Q	Q	S
S	P	P	Z	S	Q	E	N	V	I	A	D	U	T	O	X
S	V	A	W	I	I	P	P	Z	E	V	E	X	E	P	O
O	X	S	O	S	Q	A	E	Y	Q	Z	U	S	O	O	P

- 2) Como você melhoraria o texto abaixo para torná-lo mais compreensível? Tiraria ou substituiria alguma palavra? Alteraria a ordem como as palavras aparecem? Veja o que você consegue fazer! (obs: trata-se de texto fictício, ou seja, não é um texto que esteja de fato em site de órgão público)

“Caríssimo contribuinte, o problema do seu cadastro, acessando os passos abaixo, pode ser resolvido no nosso site.”

3) Os órgãos públicos possuem canais de diálogo entre os cidadãos e os gestores públicos chamados de “ouvidorias”. Nesses canais o cidadão pode apresentar sugestões, elogios, críticas e reclamações. Assim, o cidadão pode participar na recomendação de melhorias, tornando as ouvidorias um instrumento de participação social.

a) Você acha importante informar aos órgãos públicos sempre que textos e comunicados não forem claros e causarem dúvidas?

b) Você acha que é possível uma parceria entre o Estado e a Sociedade para melhorar esta questão da clareza nas informações?

4) Comente a afirmação que segue: “pior do que não entender é entender errado”!

5) Você acha que a linguagem de fácil compreensão é um direito de cidadania? Este direito é respeitado por todos os níveis de governo (nacional, estadual, municipal) e nível de poder (executivo, legislativo e judiciário)?

TEMA 8 – ORÇAMENTO PÚBLICO

SITUAÇÃO-PROBLEMA: Orçamento público- o que é e como funciona?

ATIVIDADE 1 – Apresentação da situação-problema e “chuva” de ideias

Você sabe o que é um orçamento? O que entende, quando seu pai, sua mãe ou alguém da família fala em orçamento doméstico? E quando ouve a palavra orçamento público, o que vem à sua mente?

ATIVIDADE 2: os estudantes assistirão aos vídeos, como introdução e estímulo às atividades em aula. Aproximadamente 15 minutos.

Vídeo 1 - [Noções básicas de Orçamento Público - PPA, LDO e LOA - YouTube](#)

Vídeo 1 - [Quero ser vereador! Ep. 4 - Trabalhando o orçamento do município - YouTube](#)

Vídeo 2 - [Orçamento Fácil - Vídeo 14 - Fases da despesa pública - YouTube](#)

ATIVIDADE 3 - Breve Texto (Vicente Oliveira – Analista Tributário da RFB)

O orçamento público nem sempre foi como ele é hoje. Não caiu do céu, já pronto!

Ao longo do tempo, ele foi sendo aprimorado; portanto, é o fruto de um caminho de amadurecimento na forma de controle dos recursos públicos e de sua aplicação.

Podemos dizer que o orçamento público é o documento que contém as informações sobre os recursos arrecadados e como serão priorizadas as despesas no atendimento do bem comum.

Assim, o orçamento é um plano de trabalho que será executado ao longo de um ano (exercício financeiro). Esse plano é definido na lei de orçamento anual (LOA), que é elaborada pelo executivo e analisada pelo legislativo.

Mas este plano não pode ser feito de qualquer jeito! Ele deve seguir as orientações contidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Essa lei contém, por exemplo, as previsões de alteração na legislação tributária e na política salarial.

Por outro lado, o orçamento também é pensado em termos de longo prazo e continuidade ao longo das administrações que se sucedem, assim a população não é prejudicada.

Para isso, existe uma lei contendo o chamado plano plurianual (PPA). Nessa lei há as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública a longo prazo (4 anos).

Quando um novo governante é eleito (presidente, governador ou prefeito), ele encontra um PPA já em andamento, com as orientações para o primeiro ano de seu mandato, evitando descontinuidade na execução de obras e serviços.

Por tudo o que acabamos de dizer, vemos como é importante para a sociedade acompanhar a elaboração e a execução do orçamento público.

(Procura-se explorar as possibilidades do texto, sondando a compreensão dos estudantes sobre o conteúdo, favorecendo a partilha de experiências: qual a importância do orçamento público?)

PESQUISA INDIVIDUAL (extraclasse): Os estudantes serão orientados a procurar na internet quais são os princípios orçamentários. Para facilitar a execução da atividade, serão informados que tais princípios se encontram na Lei nº 4.320/64 e poderão utilizar o quadro abaixo.

PRINCÍPIOS	O QUE SIGNIFICAM
DA UNIDADE	
DA UNIVERSALIDADE	
DA ANUALIDADE	
DO EQUILÍBRIO	
DA PUBLICIDADE	
DA CLAREZA	

Você acha que é possível as informações contidas no orçamento serem mais transparentes para a população? Com qual princípio você justificaria a sua resposta?

ATIVIDADE 4 - Trabalho em grupo (na próxima aula):

Divididos em grupos, os estudantes partilharão o resultado da pesquisa e como responderam à questão proposta.

CONCLUSÃO: Ver se todos conseguiram entender e responder ao problema levantado. Exercícios de fixação.

EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO DOS CONTEÚDOS – TEMA 8.

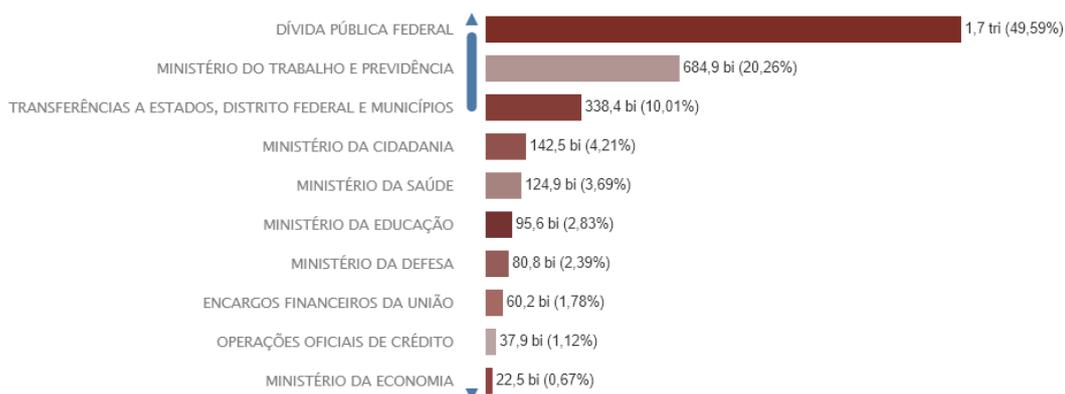
1) Marque com um “x” se é “fake” ou verdade.

SITUAÇÃO	FAKE	VERDADE
A lei autoriza que o orçamento não precise ser publicado.		
Pelo princípio da anualidade o orçamento deve ser aplicado um ano sim, outro não.		
Cada esfera de governo deve possuir apenas um orçamento.		
A lei admite que as despesas e as receitas de um período sejam desiguais.		
O orçamento deve ser compreensível apenas para os técnicos, já que a população não entende desse assunto.		
É obrigatório que o poder público dê conhecimento do orçamento, existindo até prazo para que isto seja feito.		
A sociedade deve acompanhar a elaboração e a execução do orçamento público.		

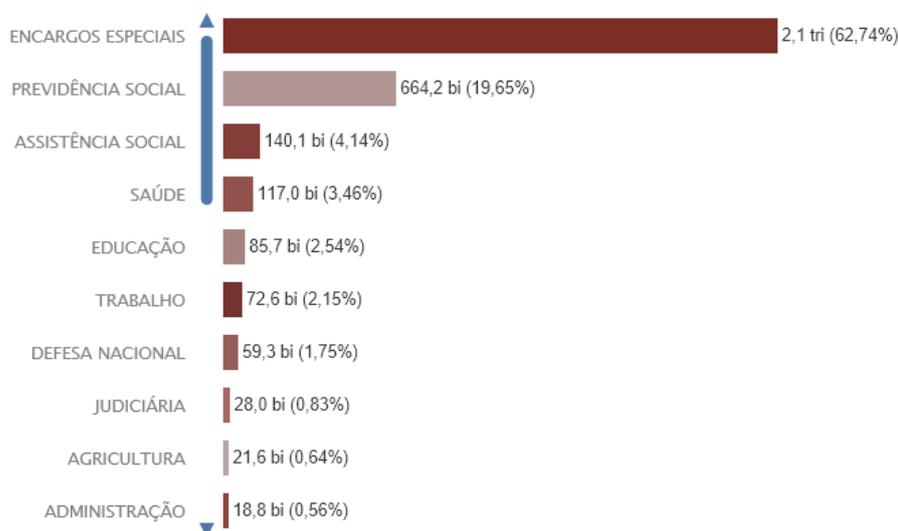
2) Complete as fases da despesa pública, usando as palavras do quadro abaixo.

Empenho	Liquidação	Pagamento
---------	------------	-----------

- a) _____ é a fase na qual se recebe a obra, o produto ou o serviço dentro do que foi contratado; ou seja, o governo recebeu tudo dentro da especificação combinada. Assim, a despesa foi executada.
- b) _____ é a fase na qual o governo assume o compromisso de contratar e realizar determinado gasto (exemplo: gasto com a reforma de uma escola). Assim, uma despesa empenhada significa que o recurso já está reservado.
- c) _____ é quando a empresa ou o fornecedor recebe efetivamente o dinheiro por aquilo que realizou.
- 3) Veja os gráficos abaixo, obtidos do site SIGA Brasil / Painel Cidadão - [SIGA Brasil - Painel Cidadão \(senado.gov.br\)](https://www.siga.gov.br/) – e responda o que se pede. Obs: Valores pagos até 24/09/2022 = 3,4 trilhões de reais.



a) O gráfico acima, com informações atualizadas até 24/09/2022, nos mostra que o principal gasto do orçamento da União foi para pagamento da _____, correspondendo a _____ % do total de valores pagos, até a data mencionada.



b) Olhando para o gráfico acima, tirando os encargos especiais, quais as 4 áreas de atuação do governo (= função) onde houve os maiores gastos?

c) Olhando para os gráficos acima, até 24/09/2022, quanto foi transferido para os estados, distrito federal e municípios?

4) Nós vimos que os instrumentos para elaboração do orçamento são as leis orçamentárias:

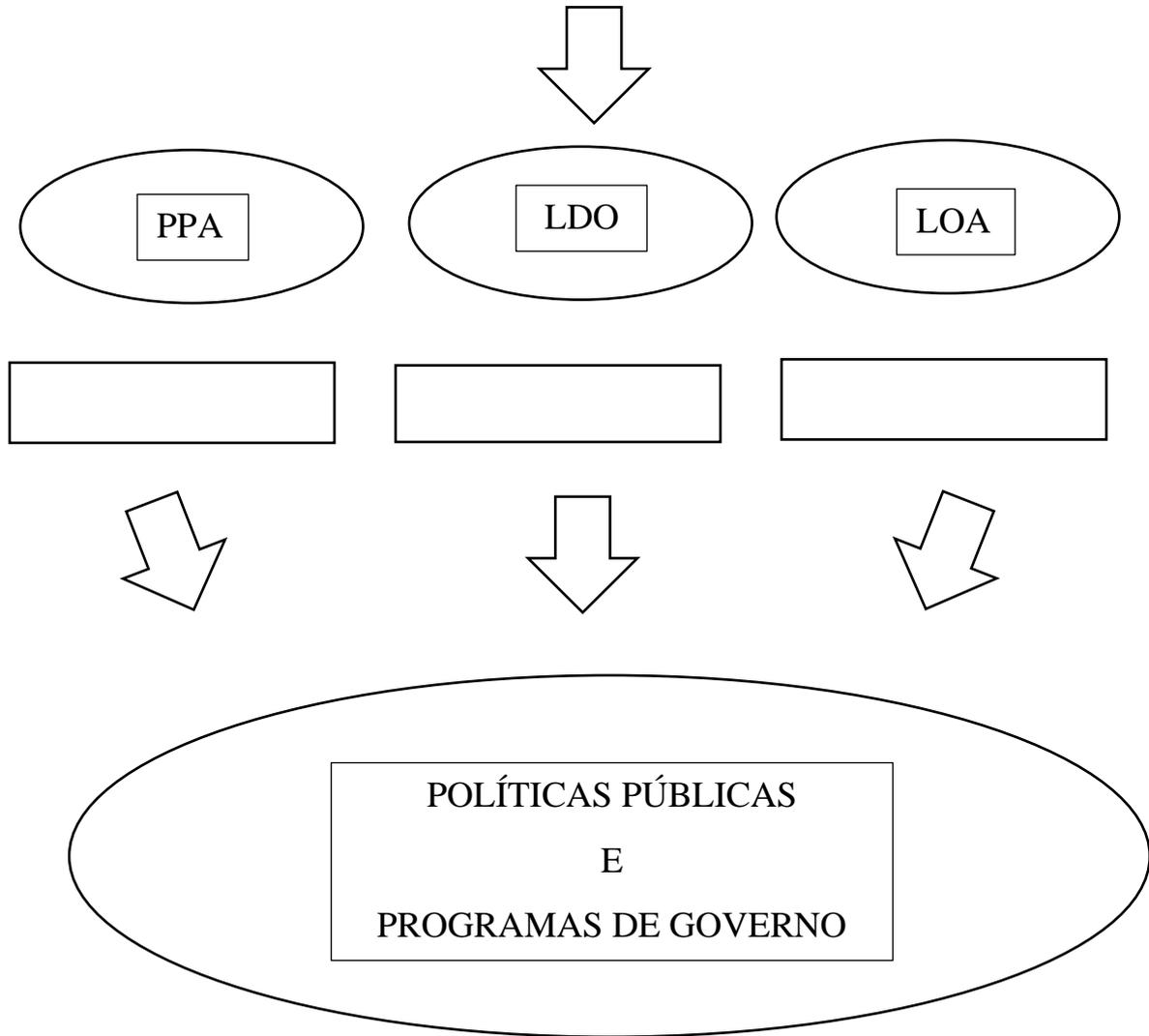
- ✓ o Plano Plurianual (PPA)
- ✓ a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- ✓ a Lei do Orçamento Anual (LOA).

Cada um desses instrumentos apresenta uma função, conforme retângulo abaixo. Complete o esquema abaixo com as funções corretas.

EXECUTAR
ORIENTAR
PLANEJAR

PLANO DE AÇÃO

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



TEMA 9 – POLÍTICAS PÚBLICAS

SITUAÇÃO-PROBLEMA: O que você tem a ver com políticas públicas?

ATIVIDADE 1 – Apresentação da situação-problema e “chuva” de ideias

Você já ouviu falar em políticas públicas? Sabe dizer, com suas palavras, o que é isso? Sabe dar um exemplo de política pública?

(elencar alguns exemplos citados)

ATIVIDADE 2: os estudantes assistirão aos vídeos, como introdução e estímulo às atividades em aula. Aproximadamente 9 minutos.

Vídeo 1: [O que são políticas públicas? - YouTube](#)

Vídeo 2: [Políticas Públicas - O Que é Isso? - YouTube](#)

ATIVIDADE 3 - Breve Texto (Ladainha para Elaine de Lima* – Deodato Riviera – texto retirado de Construindo Cidadania – Pastoral da Criança CNBB** 1997)

Perdão, Elaine,
Misericórdia de nós:
Pela parte que nos toca em teu martírio,
Pelas costas que voltamos aos teus gritos,
Pelos ratos, pelas ratas, pelos ritos
De descaso, de soberba, de arrogância,
Pelo lixo que te damos como infância ...

Perdão, Elaine,
Misericórdia de nós:
Pelo sórdido tugúrio*** em que vivias,
Pelas cobras, pelos cães, pelos detritos,
Pelos frios, pela chuva, pela lama,
Pelos olhos que afastamos do teu drama.

Perdão, Elaine,
Misericórdia de nós:
Pelos dedos que te faltam pro futuro,
- que por ratos interpostos te vedamos,
Pelas dores que nos custam compartilhar,
porque vives do outro lado da “amurada”,
desconheces os prazeres e farturas
que regalam as crianças do meu mundo ...

Perdão, Elaine,
Misericórdia de nós:
Pelas chagas dos teus pés e de tuas mãos,
porque em ti crucificamos outra vez
o Homem louco de esperança que exortava
a amar-nos uns aos outros como irmãos ...

Elaine de Lima, que vives no lixo,
cercada de ratos por todos os lados:
dá-nos hoje, inocente, o teu perdão – porque amanhã,
talvez – bem mais horror terás
de nós, do que das ratazanas a que
te condenou nossa
omissão ...

*Essa ladainha foi vivida e escrita em julho de 1986, quando Elaine de Lima, de um ano e três meses, foi roída pelos ratos “na lixeira em que morava”, em Brasília.

**Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

***Habitação pequena e pobre

(Incentivar os estudantes a tentarem relacionar o texto à necessidade de políticas públicas. Perguntar o que entenderam do texto. Sondar o que sabem das condições de moradores de rua. O que podemos fazer para amenizar estas situações de abandono? Perguntar se conseguem perceber que tributo tem a ver com consciência de solidariedade social e não com mentalidade de consumidor. Pode-se ainda abordar a questão do “emprego” como direito social à vida digna).

PESQUISA INDIVIDUAL (extraclasse): Os estudantes serão orientados a pesquisar sobre uma política pública específica (à sua escolha). Irão tentar descobrir as seguintes informações:

Política Pública escolhida: _____

a) Quem a desenvolve? (União, Estados ou Municípios)

b) Qual o objetivo dessa política pública.

c) Qual o público-alvo que ela atende? (criança, pessoa idosa, estudantes, alguma minoria étnica etc)

d) Existe alguma forma de ajuda por parte das pessoas? (voluntariado, ajuda econômica, doação de alimentos ou produtos etc)

ATIVIDADE 4 - Trabalho em grupo (na aula seguinte):

Divididos em grupos, os estudantes partilharão o trabalho realizado. A professora/o professor verá se todos conseguiram realizar a atividade e encontrar as informações. A atividade termina com os grupos respondendo à pergunta: o que você tem a ver com políticas públicas?

CONCLUSÃO: Ver se todos conseguiram entender e responder ao problema levantado. Exercícios de fixação.

EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO DOS CONTEÚDOS – TEMA 9.

- 1) Leia o poema “O bicho” de Manuel Bandeira e, depois, responda às questões.

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus?
Era um homem.

- a) Você já viu alguma pessoa revirando o lixo para catar comida ou qualquer coisa com a qual consiga obter algum recurso? Por que você acha que isto acontece?

- b) Será que todo mundo que está em “situação de rua” é vagabundo? Eles conseguirão sair desta situação, sem ajuda da sociedade?

- c) Você acha que albergues públicos e restaurantes populares ajudam a minimizar esse problema? Tem algum outro exemplo de ajuda?

-
-
- 2) A merenda escolar é uma política pública que visa à alimentação adequada para os alunos que estão em fase de crescimento e desenvolvimento. Comente um pouco sobre a importância desta política.

- 3) Você acha que a política pública de distribuição gratuita do material didático (livro, caderno, lápis etc) ajuda as pessoas que mais necessitam? Você consegue perceber que este é um dever do Estado e que não deve ser motivo para sentir vergonha; afinal, todos, direta ou indiretamente, contribuem com os tributos que possibilitam esta política. Não se trata de um favor, mas de um aspecto do direito à educação.

- 4) Leia o trecho da música “É”, de Gonzaguinha. Relacione com o tema das políticas públicas.

É
a gente quer viver pleno direito
a gente quer é ter todo respeito
a gente quer viver numa nação
a gente quer é ser um cidadão

TEMA 10 – CONTROLE SOCIAL

SITUAÇÃO-PROBLEMA: Não basta reclamar de qualquer maneira. É preciso controlar e reclamar da maneira certa, para o órgão certo.

ATIVIDADE 1 – Apresentação da situação-problema e “chuva” de ideias

Você sabe o que é controle social? Acha importante que a sociedade controle os gastos públicos ou isto é uma tarefa apenas para os parlamentares? Já ouviu falar de alguma entidade de controle social, fruto da organização dos cidadãos?

ATIVIDADE 2: os estudantes assistirão ao vídeo, como introdução e estímulo às atividades em aula. Aproximadamente 6 minutos.

Vídeo 1: [O que é Controle Social? - YouTube](#)

Vídeo 2: [MDS | 2016 | Controle Social - YouTube](#)

ATIVIDADE 3 - Breve Texto (Vicente Oliveira – Analista Tributário da RFB)

O Brasil é uma democracia participativa; ou seja, a constituição garante o direito a participar da gestão e do controle do Estado, diretamente ou indiretamente (através de representantes).

Como já vimos, para que o Estado funcione é necessário que arrecade recursos (a partir de patrimônio próprio ou de terceiros, via tributos), que irão possibilitar a realização de programas, projetos e ações do Estado, buscando o bem e o interesse comum.

Para garantir que esses recursos sejam, de fato, aplicados no atendimento das necessidades sociais e não haja desvios ou mal gerenciamento, existe o controle institucional interno nos órgãos públicos (como, por exemplo, as controladorias e corregedorias). Além disso, existe também o chamado controle externo, que é realizado pelo poder legislativo, com o auxílio dos tribunais de contas.

Mas o controle da Administração Pública não se dá exclusivamente de forma institucional. Existe também o controle social, que é a participação do cidadão (individual ou coletivamente) na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações. Assim, o controle social é um complemento para o controle institucional.

O controle social pode se dar de diversas formas, como por exemplo: controle do planejamento orçamentário, controle da execução das despesas públicas, controle exercido através da participação em conselhos, verificação da execução de determinada obra pública etc.

Os conselhos podem ter função de fiscalização (acompanhamento de atos praticados pelos governantes), de mobilização (estímulo à participação e disseminação de informações), de deliberação (decidir sobre estratégias na área de sua atuação) ou de consultoria (emitir opiniões e dar sugestões).

Nos municípios esses conselhos ajudam na tarefa de utilizar bem o dinheiro público. Portanto, participar deles é uma forma de exercício ativo da cidadania.

(Procura-se explorar as possibilidades do texto, sondando a compreensão dos estudantes sobre o conteúdo, através de perguntas)

PESQUISA INDIVIDUAL (extraclasse): Os estudantes serão orientados a fazer uma pesquisa sobre conselhos existentes nos municípios, conforme quadro abaixo.

CONSELHO	O QUE FAZ?	QUEM FAZ PARTE?
CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE		
CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		

a) Como os estudantes podem ajudar no controle da merenda escolar?

b) Como as famílias podem ajudar no controle dos serviços de saúde?

c) Qual órgão da prefeitura recebe reclamações e sugestões para a melhoria dos serviços prestados no município?

d) Programas de utilidade pública em rádios e televisão podem ajudar na tarefa do controle social? Explique.

ATIVIDADE 4 - Trabalho em grupo (na aula seguinte):

Divididos em grupos, os estudantes partilharão o trabalho realizado. Ao final, todos deveram perceber que só com atitudes concretas poderão cuidar dos interesses da sociedade.

CONCLUSÃO: Ver se todos conseguiram entender a atividade realizada e responder ao problema levantado. Exercícios de fixação.

EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO DOS CONTEÚDOS – TEMA 10.

- 1) Marque as opções corretas.
- () A transparência da gestão pública e das ações do governo dependem da publicação de informações.
 - () Os canais de comunicação entre a Prefeitura e a sociedade não ajudam em nada no controle social.
 - () Os portais de transparências (sites), com informações sobre tributos arrecadados e a aplicação de recursos são um aliado na atividade de controle social.
 - () Reclamar para os meus colegas sobre a utilização inadequada das verbas públicas já é suficiente para combater a corrupção e a má gestão na administração pública.
 - () A divulgação das informações de interesse coletivo devem estar em linguagem compreensível e de fácil acesso. Isto também faz parte da transparência na gestão da coisa pública.

- 2) Complete as frases abaixo.
- a. O controle _____ é um complemento indispensável ao controle institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam recursos públicos.
 - b. A constituição brasileira estabelece que o controle institucional externo cabe essencialmente ao _____, realizado com o auxílio dos Tribunais de Contas.
 - c. Nossa democracia é _____, ou seja, podemos participar da gestão e do controle do Estado.
 - d. A _____ deve acompanhar a realização das despesas, atenta para que os recursos não sejam desviados ou mal gerenciados.
 - e. É preciso que além de participar da gestão e do acompanhamento das políticas públicas, a sociedade exerça o _____ dos recursos públicos.

- 3) Por que é importante se interessar pelo acompanhamento e controle dos gastos públicos?

4) Orçamento público é vida, por isso, devemos exercer o controle social. Comente esta frase.

5) Coloque na placa abaixo uma frase que lembre a todos da importância do controle social.